



O COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVO NAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS

THE FIGHT AGAINST SLAVERY WORK IN THE TEXTILE INDUSTRIES

MARIA FERNANDA SORNAS VIGGIANI, Especialista | UNESP
TOMAS QUEIROZ FERREIRA BARATA, Doutor | UNESP

RESUMO

A sustentabilidade na cadeia produtiva das indústrias têxteis tem sido muito discutida nos últimos tempos, porém discorre-se mais sobre os aspectos ambientais que esta indústria prejudica - tanto ao meio ambiente como ao ser humano - e pouco se fala dos aspectos sociais que englobam esta indústria. Ao perceber uma lacuna no que tange a estudos relacionados à indústria têxtil com a dimensão social da sustentabilidade, este trabalho tende a colaborar com este tema, tendo como objetivo o estudo da sustentabilidade social na indústria têxtil por meio dos trabalhadores envolvidos em sua cadeia produtiva, a fim de apresentar maneiras de combater a dissimulação de trabalhos análogos à escravidão. Nesse enfoque serão analisados projetos que combatem este tipo de trabalho, no caso o Movimento Fashion Revolution e o projeto Escravo Nem Pensar. A metodologia para obtenção dos dados utilizados no trabalho foi a revisão bibliográfica-documental de livros, artigos e sites dos projetos analisados, baseando-se no método dedutivo. Conclui-se que o combate ao trabalho semelhante à escravidão nas indústrias têxteis parte da educação e da conscientização, tanto de consumidores como de profissionais da área da moda, por meio de ações que pressionem as indústrias a fim de transparecer os fornecedores de todo seu processo produtivo.

PALAVRAS-CHAVE

Conscientização; Desigualdade; Escravo nem pensar; *Fashion Revolution*; Sustentabilidade social.

ABSTRACT

Sustainability in the productive chain of the textile industries has been much discussed recently, but there is more talk about the environmental aspects that this industry harms - both the environment and the human being - and little is said about the social aspects that encompass this industry. When perceiving a gap regarding studies related to the textile industry with the social dimension of sustainability, this work tends to collaborate with this theme, aiming at the study of social sustainability in the textile industry through the workers involved in its production chain, the in order to present ways to combat the concealment of work analogous to slavery. In this focus, projects that combat this type of work will be analyzed, in this case the Fashion Revolution Movement and the Escravo Nem Pensar project. The methodology for obtaining the data used in this paper was the bibliographic-documental review of books, articles and websites of the analyzed projects, based on the deductive method. It is concluded that the fight against slavery-like work in the textile industries comes from education and awareness, both from consumers and professionals in the fashion area, through actions that pressure on industries to have an even more transparent process to their suppliers.

KEY WORDS

Awareness; Inequality; Slave not to think; Fashion Revolution; Social sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a sustentabilidade das indústrias têxteis não é atual, pelo contrário, muito se discute sobre os resíduos têxteis que sua cadeia produtiva produz, ou ainda o excesso de água utilizada para o beneficiamento de peças produzidas em jeans ou pelos tingimentos químicos de tecidos. Contudo, pouco se discute sobre a dimensão social que é uma das três dimensões para alcançar a tão almejada sustentabilidade na moda. Logo, esta dimensão tem como foco o ser humano e seu bem-estar, isto é, a responsabilidade social com a comunidade.

Neste contexto, o artigo em epígrafe tem como objetivo analisar a sustentabilidade social na moda, principalmente no que tange os trabalhadores em oficinas de costura no Estado de São Paulo, e como combater a dissimulação ao trabalho escravo contemporâneo nas indústrias têxteis. Para alcançar este objetivo serão analisados dois projetos que buscam combater tal prática criminosa, sendo o Fashion Revolution e o Escravo Nem Pensar.

Para maior aprofundamento da problemática proposta neste trabalho, sua construção pauta-se em uma revisão bibliográfica sobre a sustentabilidade, tanto em uma visão geral como uma visão focada na moda, sendo assim, autores como Santos *et al.* (2019), Lourenço e Carvalho (2013), Lima *et al.* (2017) e Berlim (2012) foram fundamentais para tal discussão. Já para a discussão sobre o trabalho em situação análoga a escravo nas indústrias têxteis os autores Lima (2016), Bignami (2020) e Gomes (2016) corroboraram para a análise da atual conjuntura dessa análise. Por fim, a investigação a respeito dos dois projetos estudados ficou a cargo dos sites institucionais dos mesmos, além de reportagens a respeito do *Fashion Revolution* e do Escravo Nem Pensar.

Este trabalho discorrerá em seis capítulos, onde os dois primeiros abordarão estudos a respeito da sustentabilidade e seus três pilares e em seguida será analisada a sustentabilidade social e sua importância nas indústrias têxteis. Assim, será apresentada a atual conjuntura dos trabalhadores em situações semelhantes à escravidão nas oficinas de costura do Estado de São Paulo. Posteriormente, serão analisados os dois projetos – *Fashion Revolution* e Escravo Nem Pensar – que combatem a escravidão contemporânea, apontando as ações que têm sido desenvolvidas contra tal atividade. Por fim, será feita uma análise entre os dois projetos junto à sustentabilidade social nas indústrias têxteis.

2. SUSTENTABILIDADE E SEUS TRÊS PILARES

A discussão acerca da sustentabilidade ocorre desde 1960 principalmente com relação à preservação da permanência do homem no planeta. No entanto, com o passar das décadas, essa discussão ganhou maior amplitude havendo a necessidade de ser repensada, a fim de corrigir atitudes que envolvem o desenvolvimento global e o ser humano.

Nesse contexto, a atual definição de desenvolvimento sustentável reconhecida mundialmente se deu pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983 a 1989), que define o desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD *apud* SANTOS *et al.*, 2019, p. 21). Já na conferência a respeito do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas - Rio +20 - em 2011, definiu-se o desenvolvimento sustentável como “o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Em outras palavras, é a noção de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental” (ALMEIDA; MOURA, 2015, p. 60).

Dessa maneira, pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável é o caminho para atingir a sustentabilidade com um propósito em longo prazo. Porém, para almejar tal propósito é necessário alcançar um equilíbrio entre três dimensões de igual importância, reconhecida como os três pilares da sustentabilidade, sendo elas: dimensões econômicas, dimensões sociais e dimensões ambientais. Estes três pilares são interdependentes, já que ao alcançar o equilíbrio e a equidade entre estes ocorre a estruturação da sustentabilidade.

A dimensão ambiental refere-se ao capital natural e concebe questões pertinentes “às ciências naturais, à ecologia, à diversidade biológica, à poluição, à proteção da saúde humana e à administração de recursos renováveis e não renováveis, entre outros” (SANTOS *et al.*, 2019, p. 22). Esta abordagem possui maior foco em pesquisas devido às diversas catástrofes naturais, as quais ganham repercussões pelas mídias, assim como pelas sensações climáticas que provocam incômodos a um grande número de pessoas de diversos países. Entre os critérios para atingir a dimensão ambiental estão: baixo desperdício, reutilização de materiais, materiais que não sejam nocivos, consciência na utilização da água durante a produção, assim como da energia, além da manutenção de baixo impacto (ALMEIDA; MOURA, 2015).

A dimensão econômica da sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento do valor econômico, o qual se associa ao bem-estar e a buscar por uma sociedade com mais equidade e justiça na sua distribuição. Nessa perspectiva, esta dimensão visa à avaliação do comércio justo, assim como se é micro ou pequena escala, além dos modelos de negócio e a sustentabilidade como estratégia (SANTOS *et al.*, 2019; ALMEIDA; MOURA, 2015).

A dimensão social diz respeito ao capital humano, sendo alusivo diretamente à aplicação íntegra dos direitos humanos, buscando obter uma sociedade com mais coesão social e equidade. Dessa forma, esta dimensão visa o design para o bem-estar e para a empatia, favorecendo a produção local e preocupando-se com as condições de trabalhos dignos (SANTOS *et al.*, 2019; ALMEIDA; MOURA, 2015).

Com base nestes três pilares da sustentabilidade, os autores Santos *et al.* (2019) afirmam que o foco em apenas uma das dimensões torna o desenvolvimento sustentável ineficaz pelo fato de não considerar a intrincada relação com as demais dimensões, que são de igual importância. Nessa lógica, os autores (2019, p. 37) complementam que “são imensos e complexos os desafios para se alcançar uma sociedade fraterna, igualitária e que crie condições para a plena liberdade dos indivíduos”, pois é visível a falta de equidade e igualdade perante a sociedade atualmente, fato que vem ocorrendo de diversas maneiras, tais como: economia, gênero, racial, regional, entre tantas outras.

Em consonância, as autoras Almeida e Moura (2015) destacam que empresas que focam em design, como o caso da indústria da moda, é necessária a inserção do desenvolvimento sustentável em seus projetos, incluindo as três dimensões aqui apresentadas (ambiental, econômica e social), uma vez que estas empresas devem ficar atentas ao aumento do consumo e práticas produtivas mais conscientes, fazendo-se necessária a transparência de suas práticas que já se consideram sustentáveis, principalmente pela complexidade de incorporar tais dimensões aos diferentes setores da indústria da moda, pois o não cumprimento de uma dessas dimensões faz com que o projeto torna-se insustentável.

3. SUSTENTABILIDADE SOCIAL E SUA IMPORTÂNCIA NA INDÚSTRIA TÊXTIL

Quando o assunto é desenvolvimento sustentável o foco das pesquisas se volta para as dimensões ambientais e econômicas, principalmente quando relacionados à indústria da moda. Os autores Lourenço e Carvalho (2013) discorrem que a dimensão social necessita de mais detalhamento nas pesquisas de modo geral, revelando uma lacuna na literatura. Os autores Lima *et al.* (2017) também identificaram esta lacuna a respeito da dimensão social em pesquisas. Baseando-se nessa premissa, este trabalho pretende preencher a lacuna encontrada em pesquisas que visem à dimensão social para as questões da moda sustentável.

Conforme já abordado, a dimensão social tem tamanha importância, com igual peso, se comparada às demais dimensões ambientais e econômicas do desenvolvimento sustentável, porém tem sido negligenciada sua discussão. Os autores Lourenço e Carvalho (2013) evidenciam que a sustentabilidade social teve como alicerce a pobreza e o aumento populacional entre os anos de 1980 a 2000, contudo, este conceito precisou ser alterado de acordo com as normas mais modernas de empoderamento e governança. Desse modo, “o conceito de sustentabilidade social enfatiza a administração de recursos sociais, incluindo pessoas e suas competências e habilidades, instituições, relacionamentos e valores sociais” (LOURENÇO; CARVALHO, 2013, p. 16).

Segundo os autores Lima *et al.* (2017), na dimensão social são levantadas questões pertinentes a responsabilidades sociais, que englobam as atividades da empresa com relação às pessoas, os sistemas naturais afetados em todo processo produtivo e o efeito positivo que as condutas empresariais fazem na vida da comunidade. Logo, o intuito da dimensão social na moda são as pessoas, pensando em seu bem-estar e desenvolvendo uma moda ética, aspirando ao design a favor da cultura local, praticando o *slow fashion* (esta cultura preza por peças com maior qualidade, criadas para durar, com modelagens atemporais, produzidas com fibras e processos naturais ou até mesmo reciclados, visando um consumo consciente através de sua redução ou reutilização ou ainda produtos multiuso e adaptáveis de longa duração), valorizando os artesãos, preocupando-se com o produtor de suas matérias-primas, proporcionando trabalho justo e digno, e desenvolvendo uma economia de riqueza real.

Para a dimensão social voltada à indústria da moda desenvolveram-se alguns critérios com o objetivo de avaliar como as empresas são responsáveis socialmente, tanto com seus trabalhadores envolvidos no processo de produção, como com a sociedade ao redor de sua empresa (população externa). Estes critérios são fundados na norma SA8000, a qual a certificação *Cradle to cradle* utiliza, sendo que esta certificação tem como princípio evidenciar o ato de “projetar com um propósito”, neste sentido, este protocolo corrobora com projetistas e fabricantes, através de “um processo contínuo de aperfeiçoamento para gerar produtos que sejam melhores ao invés de simplesmente serem menos ruins” (LIMA *et al.*, 2017, p. 63).

Incursionam nesse enfoque os requisitos que as empresas do setor de moda devem atender para receberem a certificação *Cradle to cradle*, sendo eles: não aceitar ou contribuir no trabalho infantil e no trabalho forçado; oferecer um local de trabalho seguro e saudável, cuidando para evitar acidentes, prover aos funcionários acesso a água potável e banheiros limpos; exercer as leis aplicáveis e com os padrões da indústria a respeito dos horários de trabalho e folgas previstas por lei; garantir que os salários pagos sejam o bastante para sanar as necessidades básicas dos funcionários e a gestão política da empresa estar em acordo com os quesitos da responsabilidade social e com o compromisso da melhoria contínua (LIMA *et al.*, 2017, p. 63).

Como ponto comum os autores Santos *et al.* (2019) discorrem da importância de almejar uma sociedade mais coesa e equânime em um ambiente considerado cada vez mais complexo. Assim, a dimensão social preocupa-se com o indivíduo (com foco na saúde e na segurança da força de trabalho), desde pessoas que estão em situação de pobreza, como condições precárias e até irregulares de moradia e mobilidade, até pessoas idosas e pessoas com incapacidades, indivíduos LGBTQI+, imigrantes, minorias étnicas e indígenas, pessoas submetidas ao trabalho forçado, isto é, esta dimensão preocupa-se com o enfrentamento da pobreza, da exclusão e da desigualdade.

Neste sentido, os autores Lourenço e Carvalho (2013, p. 19) destacam que “as questões pertinentes à sustentabilidade social e à gestão das pessoas na organização relacionam-se à sua força de trabalho e consistem em quatro subcritérios: estabilidade de emprego, práticas de emprego, saúde e segurança e desenvolvimento de capacidades”. Com este pensamento voltado para a indústria da moda, torna-se a dimensão social insustentável no que tange aos problemas constantemente relatados de trabalhadores flagrados em condições análogas a escravidão, o qual não há preocupação com a saúde e a segurança no trabalho, além dos desrespeitos às leis do país e à declaração internacional dos direitos humanos.

Diante do exposto até o momento, nota-se a importância da dimensão social para a indústria da moda, posto que a mesma contemple o design para empatia, “onde o designer se mostra preocupado em fornecer um produto que crie laços com o seu consumidor, valorizando o seu estilo pessoal, de modo que o usuário não sinta necessidade de adquirir roupas que sigam tendências momentâneas” (ALMEIDA; MOURA, 2015, p. 66). Logo, o designer é responsável moralmente e socialmente em expressar-se como cidadão trabalhando em projetos com critérios que estejam a serviço da sociedade como um todo, prezando pelo bem-estar e valorizando a autoestima e o estilo gerando assim o consumo consciente, superando a necessidade de geração e acompanhamento de tendências, além de valorizar a produção local por meio do desenvolvimento de produtos em fábricas de pequeno porte e com artesãos, favorecendo a participação

das comunidades a sua volta, e por fim, desprezando trabalhos com condições indignas que possam ser considerados análogos a escravidão.

Com base nas análises realizadas o presente trabalho tende a preencher a lacuna encontrada na literatura que trabalha a sustentabilidade social focada na força de trabalho na área da moda, uma vez que as pesquisas encontradas apontam apenas para o âmbito do direito da moda e não para o âmbito social da sustentabilidade. Para tanto, será apresentado no próximo capítulo a real situação desses trabalhadores em situação de escravidão contemporânea nas oficinas de costuras do Estado de São Paulo.

4. TRABALHADORES EM SITUAÇÕES ANÁLOGAS A ESCRAVIDÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A proposta da dimensão social para as indústrias têxteis não se torna possível devido a retrocessos que o setor convive, como o fato de ainda conviver com casos de trabalhos análogos a escravidão humana. Esta realidade está mais próxima do que se imagina, no Brasil o Estado de São Paulo é onde se concentra a maior quantidade de casos deste tipo de trabalho ilegal no espaço urbano, estimando-se que exista entre 12 a 14 mil pequenas oficinas de costuras clandestinas instaladas.

No país, desde 1995, foram resgatados 55 mil trabalhadores em situações semelhantes à escravidão por meio das operações de fiscalização realizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Somente no primeiro semestre de 2020 foram resgatadas 231 pessoas submetidas à escravidão moderna; entre 2016 a 2018, a cada cinco trabalhadores resgatados nessas condições, quatro eram negros (OIT, 2021).

Para combater o dumping social – concorrência desleal das empresas que pagam salários baixíssimos aos trabalhadores a fim de garantir um aumento no lucro - que as empresas convivem, muitas marcas de varejos e grifes nacionais e internacionais terceirizam e até quarteirizam as produções de suas coleções a fim de desobrigarem dos pagamentos de direitos trabalhistas e encargos fiscais para turbinarem seus lucros. Fato este que tem relação direta com as empresas do setor que optam pela cultura *fast fashion* (atualização constante do design de suas peças com preços baixos, conhecida como moda rápida), pois para que estas tenham uma grande produção em um curto espaço de tempo aderem à terceirização com oficinas de costuras que ofertam preços baixos e rápida entrega (VIGGIANI; CALVI, 2020).

Estas oficinas de costura em grande maioria utilizam um sistema que ficou conhecido como *sweating system*, o qual impõe a precarização do local de trabalho e de residências que se misturam. Dentro desse sistema é mantida uma produção intensa na qual os trabalhadores hipossuficientes, vulneráveis e geralmente imigrantes estão sujeitos a situações degradantes e são obrigados a trabalhar em oficinas de costuras disfarçadas de casas, misturando o trabalho com suas vidas particulares (que deixam de existir), onde muitos acabam dormindo ao lado das próprias máquinas de costura. Além disso, recebem salário abaixo do mínimo legal, mesmo trabalhando em jornadas exaustivas e desumanas para atender as necessidades produtivas do mercado têxtil. A Figura 1 mostra esta realidade fotografada em uma das auditorias realizadas pelos Fiscais do Ministério do Trabalho na cidade de São Paulo em uma oficina que prestava serviços para as Lojas Marisa (BIGNAMI, 2020).



Figura 1: Fotos da auditoria realizada em oficina de costura que prestava serviços para as Lojas Marisa.
FONTE: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, 2021, p. 89.

De acordo com a autora Lima (2016) a maioria desses trabalhadores submetidos a situações degradantes são imigrantes, em grande parte latino-americanos que vêm para o Brasil na esperança de uma vida melhor e melhores condições de trabalhos. Estes imigrantes “são recrutados através de veículos de comunicação na Bolívia ou aliciados por coiotes, gatos ou atravessadores, e comumente empregados em *pseudo-oficinas* de costura que integram unidades de produção de grandes marcas” (LIMA, 2016, p. 89).

Tais imigrantes recebem ofertas para trabalhar nas indústrias de confecção, as quais se disfarçam em promessas, pois retratam um caminho para a irregularidade e a precariedade. O perfil desses imigrantes aliciados para trabalharem nas oficinas nota ser representativo, sendo jovens, de ambos os sexos, sem escolaridade ou escolaridade mediana, solteiros, que ficam deslumbrados com as propostas que recebem de emprego, boa remuneração e condições de bem-estar, no entanto, ao chegar ao Brasil se deparam com outra realidade (LIMA, 2016, p. 89).

Segundo as autoras Fernandes (2019) e Lima (2016) a realidade desses trabalhadores é marcada desde que chegam ao país, onde os mesmos têm seus documentos confiscados pelos “empregadores” das oficinas de costuras, sendo trancafiados por longas horas em locais insalubres que servem tanto para o trabalho como para o pouco descanso que podem ter, recebendo muito menos que o devido pelos produtos que fabricam em jornadas exaustivas. Atividades como trabalhar, preparar as refeições, comer e dormir são realizadas no mesmo local, que muitas vezes são totalmente improvisados e sujeitos a vários tipos de acidentes, principalmente com a parte elétrica (o que pode acarretar um incêndio).

Nesse contexto, Bignami (2020) reforça que muitos desses trabalhadores têm medo de falar e até mesmo de denunciar as situações as quais são submetidos, devido às constantes ameaças que recebem de seus “empregadores” de serem deportados, além dos constrangimentos, agressões e abusos que sofrem em todas as ordens (moral, psicológico, físico e sexual). Para o autor (2020), ainda há casos em que estas pessoas em condições de escravidão contemporânea não têm consciência da proporção da precariedade em que está incluso.

Dessa maneira, nota-se a importância de conscientizar os consumidores a respeito do seu consumo de vestuário, apresentando esta triste realidade a eles, mostrando o que está por de trás das peças baratas que eles adquirem, assim como a importância dos designers de moda trabalhar contra essa realidade. Este fato segue como um dos maiores desafios da indústria têxtil, já que há uma grande dificuldade em monitorar tais subcontratações e trabalhadores indiretos e externos, pois “empresas do setor alegam que é extremamente difícil controlar todos os processos da cadeia têxtil e, portanto, não há nenhuma estatística sobre esses dados” (BERLIM, 2012, p. 30).

Portanto, cabe aos designers de moda buscar por condições de trabalhos dignas nas indústrias têxteis, contribuindo para a criação de ambientes de trabalhos mais seguros, garantindo condições de trabalhos justas e não discriminatórias, além de “colaborar com os fornecedores de forma a alcançar transparência total na cadeia de valor no que se refere a condições sociais e éticas” (SALCEDO, 2014, p. 31).

Uma das maneiras de alterar tais atitudes inadequadas e a história de descaso de muitos anos com o trabalhador é por meio da conscientização, seja do consumidor como do profissional da área de moda, já que este setor passa por diversas mudanças de paradigmas e constrói constantemente novos significados, tornando possível a mudança de costumes indignos para uma moda mais ética. Tais mudanças podem ocorrer com o auxílio de projetos sociais que visem estabelecer redes de confiança, reciprocidade e suporte, prevalecendo os traços culturais da comunidade.

5. MOVIMENTO *FASHION REVOLUTION*

No dia 24 de abril de 2013, em Bangladesh, ocorreu um dos maiores desastres sociais da indústria da moda com o desabamento do edifício Rana Plaza causando a morte de 1.134 trabalhadores e deixando mais de 2.500 feridos, trabalhadores estes que estavam submetidos a condições análogas a escravidão. Diante dessa tragédia, profissionais da indústria da moda, professores, alunos, profissionais da imprensa, entre tantos outros, organizaram o movimento *Fashion Revolution* no ano de 2014, no Reino Unido, o qual se expandiu para mais de 100 países com o passar dos anos. Este movimento nasceu com o objetivo de promover a conscientização sobre a indústria da moda mostrando o que realmente está por trás do valor de uma peça de roupa, a fim de buscar soluções sustentáveis para o futuro da moda, principalmente na dimensão social da sustentabilidade, além de criar conexões, estimular o compartilhamento de informações e trabalhos em longo prazo, promovendo a transparência do setor.

No Brasil o *Fashion Revolution* atua há mais de seis anos com o intuito de acreditar “no poder de transformação positiva da moda, e tem como principais objetivos conscientizar sobre os impactos socioambientais do setor, celebrar as pessoas por trás das roupas, incentivarem a transparência e fomentar a sustentabilidade” (FASHION REVOLUTION, 2021). Este trabalho é realizado através de pesquisa, informação, educação, colaboração e mobilização, principalmente por meio dos eventos que o movimento organiza anualmente, envolvendo consumidores de modo ativo e crítico para auxiliar no processo de construção de uma moda mais justa e democrática.

O movimento instaurou no país o Fórum *Fashion Revolution*, trata-se da primeira plataforma nacional desenvolvida para estimular a pesquisa e o desenvolvimento sustentável na indústria da moda. Desse modo, o Fórum tem como propósito “incentivar os participantes a investigarem os cenários e os desafios do setor a fim de proporem soluções sustentáveis dentro do sistema da moda” (ARANTES, 2020). Este Fórum é realizado anualmente com o apoio de instituições de ensino, do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério da Cidadania. Em resumo, este trabalho visa compreender e encorajar a pesquisa investigativa dos impactos dos negócios da moda com base nas dimensões sociais e ambientais da sustentabilidade.

O segmento da moda é um instrumento de expressão em que o sujeito constrói seus pareceres, além da resistência diante a cenários como da escravidão contemporânea (apresentada neste trabalho), desigualdade de gêneros, preconceitos, discriminação e exclusões sociais; cenário este fruto de uma sociedade consumista indiferente com as consequências socioambientais da produção e do consumo acelerado. Neste contexto, é perceptível a importância desse movimento no país e no mundo, pois busca promover a educação de moda formando novos consumidores conscientes e críticos diante dessa cadeia produtiva, preocupando-se com todas as dimensões da sustentabilidade para o setor, além de disseminar as informações para formar mais consumidores conscientes, criando um círculo virtuoso para a educação de moda.

Na Semana *Fashion Revolution*, que ocorre todo ano no mês de abril para homenagear as vítimas do desastre de Bangladesh, surgiu a questão “#QuemFezMinhasRoupas”, a fim de prover uma maior conscientização do consumo sobre

a verdadeira cadeia produtiva das empresas da moda e seu impacto no mundo. Durante essa semana do evento “são realizadas ações, rodas de discussões, exibições de filmes e *workshops*” (ARANTES, 2020), com a participação de aproximadamente 500 marcas de vestuário que se dispõem a mostrar aos seus consumidores a verdade por trás de seu processo produtivo, fato que tende a inspirar a transparência na moda e o processo ético.

Por meio das redes sociais, em especial o Instagram, é possível observar as ações que o movimento realiza na indústria da moda, com a *timeline* cheia de imagens de trabalhadores de empresas do setor respondendo “#EuFizSuasRoupas”, ou seja, respondendo a indagações de seus consumidores e buscando pela transparência de sua cadeia produtiva. Por meio dessa mídia, nota-se a importância do movimento durante o ano inteiro e não somente durante a semana do evento que promovem.

Outro trabalho desenvolvido pelo movimento *Fashion Revolution* anualmente é o Índice de Transparência da Moda, que é um documento desenvolvido em parceria entre as equipes brasileira e global do movimento em questão, o qual descreve as maneiras de como as grandes marcas e varejistas de moda comunicam e compartilham com seu público a respeito de suas cadeias produtivas, visto que este trabalho tende a estimular uma maior prestação de contas dessas empresas com relação aos impactos socioambientais do setor.

Objetivando a transparência, o *Fashion Revolution* busca pela divulgação de listas de fornecedores das empresas, pois acreditam que esta divulgação irá colaborar para que sindicatos e grupos da sociedade civil identifiquem e solucionem problemas principalmente no que tange os trabalhadores desta cadeia produtiva. Dessa maneira, para o Movimento a divulgação dessa lista irá mostrar as empresas que “estão dispostas a serem abertas e honestas sobre onde e por quem seus produtos são feitos” (LUGLIO, 2021).

Para o desenvolvimento do Índice de Transparência da Moda buscam-se nas listas de fornecedores disponibilizadas pelas empresas três níveis de fornecimento, sendo eles: unidades de produção, isto é, fábricas de corte, montagem e acabamento; instalações de processamento e beneficiamento; e por fim, a produção da matéria-prima. Além disso, busca-se um detalhamento mais profundo desses fornecedores como: endereços, números de trabalhadores, distribuição por gênero e raça, número de trabalhadores imigrantes, representação sindical e última atualização dessas informações. Com base nesses dados, o *Fashion Revolution* analisou 40 marcas, onde 21 delas zeraram a pontuação na seção de rastreabilidade.

Nessa premissa, é possível admitir que mais da metade das marcas ainda tendem a manter oculto para a sociedade quem realmente produz suas peças de roupas, tornando essa relação mais distante e enfraquecida. Somente a transparência não é decisiva para solucionar os diversos problemas profundos e complexos da indústria da moda, porém esta abre um caminho para analisar como as roupas estão sendo produzidas permitindo os consumidores a se posicionarem sobre isso e se conscientizarem sobre o assunto.

Um último exemplo exposto neste trabalho a respeito do *Fashion Revolution*, já no âmbito internacional, trata-se de um experimento realizado em uma praça de Berlim, na Alemanha. No caso foi colocada uma máquina com camisetas à venda por apenas dois euros, porém antes de confirmar a compra e retirar a camiseta os consumidores eram convidados a assistir a um vídeo (disponível no Youtube com o nome: *The 2 euro t-shirt – a social experiment*), o qual mostrava a cadeia produtiva daquele produto, assim como as condições de trabalho que o envolviam para tornar possível o baixo preço do produto. Após assistir ao vídeo nenhum participante confirmou a compra. Logo, este experimento fica visível o quão importante é a conscientização e transparência envolta dessa cadeia produtiva para seus consumidores, tornando possível uma mudança principalmente no âmbito social que envolve a moda.

É visível como o movimento *Fashion Revolution*, por meio desta semana de evento e pelo Índice da Transparência da Moda, acredita que pequenas ações somadas tendem a desencadear uma verdadeira revolução, isto devido à pressão que realizam aos líderes da moda, almejando por um setor mais responsável. A conscientização por parte dos

consumidores somada a esta pressão tange a atitudes que necessitam ser definidas a favor de um planeta mais sustentável para as próximas gerações. Por fim, a transparência que este movimento busca permite assegurar que a moda se torne mais digna tanto para quem produz como para quem consome.

6. PROJETO ESCRAVO NEM PENSAR

Fundado em 2004, pela ONG Repórter Brasil, o programa educacional “Escravo nem Pensar” é o único dedicado unicamente à prevenção do trabalho escravo no país. O programa tem como missão reduzir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho análogo a escravidão, os quais são submetidos a condições degradantes sejam nas zonas rurais como urbanas de todo o território brasileiro, tudo isto por meio da educação. Assim, para atingir tal missão, o programa tem como objetivos estratégicos: alastrar o conhecimento quanto à questão do tráfico de pessoas e do trabalho escravo contemporâneo como maneira de censurar esses crimes aos direitos humanos, assim como estimular o envolvimento de comunidades desprotegidas no combate contra ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas (ESCRAVO NEM PENSAR, 2021).

O programa se tornou de suma importância para o combate à dissimulação do trabalho análogo a escravo, este que por resolução concordante dos integrantes da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) foi apurado como meta 41 do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo: “Promover o desenvolvimento do programa ‘Escravo, nem pensar!’ de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo” (ESCRAVO NEM PENSAR, 2021).

O programa tem como função produzir conteúdo a respeito do trabalho escravo contemporâneo, assim como assuntos correlatos, os quais são divulgados gratuitamente por diversos meios para que atendam aspectos pedagógicos para fins formativos, além de facilitar o acesso ao conhecimento para qualquer indivíduo. Como metodologia o programa dedica-se a criação de conteúdos educacionais com abordagem de assuntos pertinentes aos direitos humanos. O programa também apoia fóruns de produção de políticas públicas de combate ao trabalho escravo e estimula a articulação entre entidades do poder público e da sociedade civil.

No ano de 2020, o programa ‘Escravo Nem Pensar!’ começou a ter apoio de entidades para o desenvolvimento de seus projetos, tais como: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Laudes Foundation, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Cáritas. O Programa já desenvolveu 188 projetos de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo em 465 municípios em todo o Brasil, sendo 1,3 milhões de pessoas impactadas pelas ações do programa. Também atingiram 22.043 educadores e lideranças populares formados pelas ações do programa, sendo distribuídas 120 mil publicações didáticas gratuitas durante suas ações.

Entre as publicações do programa ‘Escravo Nem Pensar!’ há a cartilha que aborta o “Trabalho escravo nas oficinas de costura”, a qual explica primeiramente sobre o trabalho escravo no setor da moda, o motivo de ocorrerem as terceirizações, quais as consequências em volta desses atos, informando inclusive que entre os anos de 2003 a 2014 houve a fiscalização de 34 casos de trabalhos escravos na moda, dos quais libertaram 452 costureiros de oficinas fornecedoras tanto de marcas populares como de grifes, sendo em sua maioria no Estado de São Paulo.

Posteriormente, a cartilha questiona sobre o que vem a ser trabalho escravo e explica não tratar-se apenas de mera infração trabalhista, e sim a um crime contra a dignidade humana prevista no Código Penal, artigo 149. Nesta cartilha também é explicado como se caracteriza esta prática, por meio de ilustrações reais de ações ao combate do trabalho escravo contemporâneo nas oficinas de costura. Convém aqui ressaltar que se identifica como trabalho escravo contemporâneo o trabalho forçado, jornadas exaustivas, condições degradantes e servidão por dívida.

A cartilha continua apresentando alguns casos de marcas famosas que foram autuadas por fiscais que constataram trabalho análogo a escravidão em oficinas prestadoras de serviços das mesmas. Em seguida, é explicado como funciona o processo de terceirização na indústria da moda e de quem é a responsabilidade para tais atos. Por fim, a cartilha apresenta uma história real de um boliviano resgatado dessa situação. A produção da cartilha é bem interativa e de fácil compreensão, fidedigna ao que promete o programa.

Além das cartilhas, o programa desenvolve também vídeos didáticos, os quais estão disponíveis no canal do programa no Youtube, e também jogos didáticos a respeito do trabalho escravo que podem ser baixados no computador.

Em suma, é notável o trabalho realizado pelo programa, este que tende a ensinar desde cedo crianças a importância do combate a este tipo de trabalho ilegal em nosso país, para assim atingir os pais dessas crianças, transformando e engajando a sociedade nessa luta diária de ONGs como a Repórter Brasil, que combate não apenas no setor da moda, mas em todos os setores, o trabalho análogo a escravidão com total transparência e credibilidade em seu trabalho.

7. ANÁLISE ENTRE OS DOIS PROJETOS

Baseando-se nos projetos apresentados neste trabalho é perceptível a semelhança entre eles, pois ambos se preocupam com a dimensão social da sustentabilidade, com foco na relação do ser humano com o trabalho, ou seja, ambos combatem o trabalho em condições análogas à escravidão. Ainda como ponto comum entre eles, tem-se a maneira de trabalhar este combate mediante a conscientização e a educação da comunidade, seja por meios de cartilhas ou redes sociais, ambos debatem e mostram a realidade desse tipo de trabalho ilegal, assim como as consequências em adquirir produtos oriundos dessa prática.

Como diferença entre os projetos está o foco do setor a se combater, pois o *Fashion Revolution* trabalha para combater as ilegalidades especificamente nas indústrias de moda enquanto o *Escravo Nem Pensar* trabalha para combater o trabalho análogo a escravo em todos os setores, seja na indústria da moda ou na agricultura, dentre outros.

Em análise os projetos demonstram a importância da conscientização do consumidor diante de toda a cadeia produtiva da moda, assim como a ciência dos impactos causados por esta indústria em todas as dimensões da sustentabilidade, principalmente nas questões sociais. Logo, é importante existir uma maior valorização do consumidor ao trabalho exercido pelo próximo, seja pela valorização da mão de obra de artesões como de comunidades locais e dos produtores de matéria-prima.

O consumidor também precisa se conscientizar das alternativas de consumo de roupas, realizando compras inteligentes de produtos que possam ser utilizados ao máximo, além da possibilidade de priorizar por peças feitas sob medidas, consertos de peças ao invés de consumir uma peça nova para substituir, trocar, alugar e compartilhar peças de roupas são fundamentais para uma vida mais sustentável, longe do consumo desenfreado e desnecessário causado pelo *fast fashion*. Trabalhando a consciência e educação do consumidor diante da sustentabilidade, haverá uma promoção à inversão de valores instaurados com o surgimento do *fast fashion*, para uma maior valorização do *slow fashion*, isto é, haverá uma revisão de seus propósitos, ideias e valores através dos conhecimentos a respeito da realidade por de trás dos panos da cadeia produtiva do *fast fashion*.

Analisando o comportamento do consumidor, destaca-se a importância do consumidor não considerar apenas o valor do produto no ato da compra, mas considerar especialmente seus benefícios como complexidade, qualidade e funcionalidade, assim, passará de consumidor à apoiador daqueles que criam produtos conscientes.

Diante da análise dos projetos apresentados, há a importância da conscientização e educação dos profissionais da área da moda e responsáveis pela produção dos produtos. Cabe aos designers de moda a iniciativa de promover a aproximação e o resgate dos processos criativos manuais, com o resgate de artesões locais. Valorizando esta mão de

obra conseqüentemente haverá a diminuição do índice de informalidades trabalhistas no setor e de trabalhos indignos ao ser humano. Este profissional também deve promover e incentivar a prática do *upcycling* dentro das indústrias, com o reaproveitamento dos resíduos têxteis em novos produtos, como a customização das peças sem vendas em lojas, ofertando um novo design para este produto retornar à loja, salienta-se aqui, que esta prática pode ocorrer com a participação da comunidade local, gerando trabalho digno e justo.

Resguardando a sustentabilidade, o designer de moda deverá valorizar o processo do produto, sobretudo em seu conceito e propósito. Para isto, é necessário saber administrar sua produção evitando a geração de resíduos, como é o caso da prática do método *zero waste*, valorizando os potenciais humanos, em especial a mão de obra local, e construir uma estética própria e autêntica do produto feito no Brasil. Também é responsabilidade desse profissional “quebrar” o conceito da ditadura e da banalização da moda (constituída pelo *fast fashion* e sua exploração de trabalho humano, devastação do meio ambiente e aumento da cópia devido à constante busca pelo novo), sabendo respeitar as diferenças entre seus consumidores sejam por raça, gênero, corpos, classes sociais, dentre outros.

Frisando pela responsabilidade sustentável das empresas, há medidas que poderiam auxiliar valorização da mão de obra e no combate ao trabalho escravo contemporâneo, sendo o compartilhamento entre empresas de infraestrutura, gestão, matéria-prima, maquinários e mão de obra, diferenciando o produto através do seu design e sua identidade. Há também a possibilidade de oficinas com muitas e pequenas marcas locais, para públicos específicos, trabalharem em conjunto dividindo as despesas com funcionários, além da alternativa de produzir sob demanda e espaços de showroom compartilhados.

As empresas de confecções de vestuário também podem promover oficinas de costura para a comunidade, assim como para pessoas resgatadas de situação semelhante à escravidão, por meio de parcerias entre empresas, instituições de ensino (cursos de Moda, por exemplo), ONGs (como o *Fashion Revolution* e o *Escravo Nem Pensar*) e Governo, com o intuito de capacitar profissionalmente estes indivíduos e promover a inclusão social por meio de um trabalho digno e justo, visando uma melhor qualidade de vida e bem-estar.

Por fim, uma última medida que auxiliará no combate ao trabalho análogo a escravo são os selos sustentáveis nas peças de roupas emitidos após a empresa receber o certificado do *Cradle to cradle*, demonstrando a transparência de sua cadeia produtiva, nas três dimensões da sustentabilidade, além de informar seu propósito, às causas que representam, o impacto gerado na utilização de recursos e o formato de ecossistema que integra seu modelo de produção e composição de preços.

Dessa maneira, pode-se notar a relevância da conscientização e educação tanto dos consumidores como dos designers e empresas sobre os produtos de moda para desenvolverem atitudes sustentáveis, além da necessidade de maior transparência e credibilidade das empresas perante seus fornecedores, a fim de aniquilar o trabalho análogo à escravidão da história do Brasil. Por fim, ressalta-se que a moda tem o poder e dever de continuar a ser um elemento de transformação para a sociedade e não de manutenção do status quo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou a realidade por de trás dos panos nas indústrias da moda pela perspectiva da sustentabilidade social com foco no trabalho escravo contemporâneo. Dessa maneira, ficou perceptível a importância de trabalhar as três dimensões da sustentabilidade com igual relevância, pois manter o foco em apenas uma das dimensões torna o desenvolvimento sustentável ineficiente.

O Brasil ainda convive com trabalho escravo em sua história, mesmo após anos de sua abolição, sendo a indústria têxtil um dos setores que mais corroboram negativamente para isto. O Estado de São Paulo é um palco significativo para esta história, onde anualmente são realizadas auditorias em diversas oficinas de costuras que se utilizam do trabalho análogo

a escravidão, sendo seus principais “alvos” os imigrantes latino-americanos. Fato que deve ser revisto pelos designers de moda, os quais devem prover por melhores condições de trabalhos aos seus fornecedores durante toda sua cadeia produtiva.

A moda foi muito impactada e prejudicada sustentavelmente pelo *fast fashion*, seja nas questões ambientais e econômicas como nas questões sociais, conforme apresentado neste trabalho. Logo, projetos como o Fashion Revolution e o Escravo Nem Pensar estão trabalhando em união com consumidores, designers de moda, empresas entre tantos outros interessados pela revolução da moda. Acabar com o cenário da moda rápida e barata, trabalhos indignos sob condições semelhantes à escravidão, desvalorização da mão de obra local e de artesões, assim como, a desvalorização da cultura brasileira e da autoestima dos consumidores.

Desse modo, fica inerente a importância do designer inserir em seus trabalhos o desenvolvimento sustentável, trabalhando com os três pilares em consonância, atentando-se para o consumo e práticas produtivas mais conscientes, como o *upcycling* e o método *zero waste*, além de transparecerem as práticas de suas cadeias produtivas, inclusive no que compete a mão-de-obra.

Atitudes de designers de moda em conscientizar-se e trabalhar com métodos que não gerem resíduos e que podem ser produzidos por comunidades locais ou até artesões, são exemplos de combate à escravidão contemporânea, assim como o desenvolvimento de oficinas de capacitações para a comunidade e para pessoas resgatadas de situações análogas a escravidão, ou ainda, o compartilhamento de infraestrutura, gestão, matéria-prima e mão de obra entre as empresas do setor.

Além da conscientização dos profissionais da área da moda é necessário também conscientizar e educar a comunidade, mostrar a realidade por de trás dos produtos que consomem. Nesse aspecto o auxílio de projetos sociais contribui nesta causa, como são os casos dos projetos *Fashion Revolution* e *Escravo Nem Pensar*, que buscam pela transparência das empresas somada a conscientização de consumo da sociedade, admitindo que a escravidão contemporânea existe e precisa ser enfrentada por todos, abrindo um novo caminho para que a moda consiga atingir a sustentabilidade social.

Conclui-se que uma sociedade quando engajada por um mesmo ideal, no caso a moda sustentável, é capaz de promover a revolução. Perceber o valor de um produto é importante não apenas para saber o que está comprando, mas para saber por quais caminhos aquela peça percorreu até chegar a sua mão, quando a sociedade se preocupar com isto deixará de ser meros consumidores e passa a ser apoiadores da revolução da moda para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariana Dias; MOURA, Mônica. O conceito de sustentabilidade aplicado pelas empresas de vestuário. *In: Moda Palavra E-periódico*. Ano 9, edição especial, out 2015, p. 78-103. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2216/1/sustentabilidadeempresasvestuario.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- ARANTES, Hellen Rodrigues. **Fashion Revolution Brasil: o consumo consciente no cotidiano do instagram à luz da publicidade social de causa**. 2020. 240 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13040>. Acesso em: 02 maio 2021.
- BARROS, Carlos Juliano. **As condições de trabalho nas oficinas de costura**. Edição atualizada. Impressão maio de 2018. São Paulo/SP. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/biblioteca/trabalho-escravo-nas-oficinas-de-costura-2/>; Acesso em: 31 mar. 2021.
- BERLIM, Lilyan. **Moda e sustentabilidade: uma reflexão necessária**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.
- BIGNAMI, Renato. **Trabalho escravo na indústria da moda: o sistema do suor como expressão do tráfico de pessoas**. Disponível em: https://www.academia.edu/27114465/TRABALHO_ESCRAVO_NA_IND%C3%A9STRIA_DA_MODALIDADE_O_SISTEMA_DO_SUOR_COM_O_EXPRESS%C3%83O_DO_TR%C3%81FICO_DE_PESSOAS. Acesso em: 12 de maio de 2020.
- Escravo nem pensar**. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/sobre/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

- GOMES, Marcel (Organizador). **Fast-fashion e os direitos do trabalhador**. São Paulo: Repórter Brasil, jul. 2016. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Fast-Fashion_VFinal.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2020.
- LIMA, Bruna Lummertz; *et al.* Critérios para avaliação da sustentabilidade em marcas de moda. *In: PGDesign, Design & Tecnologia* 14, 2017, p. 59-68. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/det/index.php/det/article/view/403>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- LIMA, Camila Rodrigues Neves de Almeida. **Escravos da moda**: análise da intervenção jurídica em face da exploração do trabalho em oficinas-moradia de costura paulistanas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. *In: RACE*, Unoesc, v.12, n. 1, p. 9-38, jan./jan. 2013. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2346>>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- LUGLIO, Isabella. Responder #EuFizSuasRoupas é importante, mas não é o suficiente. *In: Carta Capital*. 11 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/responder-eufizsuasroupas-e-importante-mas-nao-e-o-suficiente/>. Acesso em: 02 maio 2021.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Linha, Agulha e Inclusão**: capacitação profissional em moda cria oportunidade de trabalho decente para migrantes em São Paulo. 24 mar. 2021. Disponível em: http://www.oit.org/brasilia/noticias/WCMS_776327/lang--pt/index.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.
- SALCEDO, Elena. **Moda ética para um futuro sustentável**. Tradução: Denis Fracalossi. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 2014.
- SANTOS, Aguinaldo dos; *et al.* **Design para a sustentabilidade**: dimensão social. Curitiba, PR: Insight, 2019.
- SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FICAIS DO TRABALHO (SINAIT). **Trabalho escravo na indústria da moda em São Paulo**. Brasília – DF, jan. 2021.
- VIGGIANI, Maria Fernanda; CALVI, Gabriel. A terceirização como dissimulação ao trabalho em condições análogas a escravo nas indústrias têxteis. *In: MOREIRA, Amanda Oliveira da Câmara. Estudos sobre Fashion Law*: do panorama brasileiro ao internacional. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2020.